

O PROJETO JARI, ENTRE UTOPIAS E REALIDADES: ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS EM LARANJAL DO JARI-AP

Carlos Allan Madureira Cruz¹

RESUMO: O trabalho teve como objetivo principal analisar os assentamentos precários em Laranjal do Jari, sua gênese desde a formação do Projeto Jari em 1967, até a configuração atual, tendo em vista as mais diversas crises que o projeto teve ao longo do tempo, mais precisamente entre 2008-2023. Para a realização da pesquisa foi feito levantamento bibliográfico e trabalho de campo na cidade de Laranjal do Jari-AP e no distrito de Monte Dourado -PA. Os resultados alcançados apontam para o desaquecimento da economia local no Vale do Jari, fato este que pode ser percebido pelos mais de 1000 funcionários que foram desligados das empresas Jari Celulose/SA, Cadam/ SA, e outras empresas terceirizadas, trazendo impactos diretos na intensificação de residências de palafitas na área urbana de Laranjal do Jari. Ainda, analisa-se o papel da gestão municipal e estadual, no que tange a políticas públicas voltadas para melhoria da estrutura urbana da cidade.

Palavras-chave: Jari. Assentamentos. Precários.

ABSTRACT: The main objective of this work was to analyze the precarious settlements in Laranjal do Jari, its genesis since the formation of the Jari Project in 1967 until the current configuration, in view of the most diverse crises that the Project has had over time, more precisely between 2008-2023. To carry out the research a bibliographical survey and field work were carried out in the city of Laranjal do Jari -AP and in the district of Monte Dourado-PA. The results achieved point of the slowdown of the local economy in Vale do Jari a fact that can be noticed by the more than 1000 employees who were dismissed from the companies Jari Celulose /SA Cadam/SA and other outsourced companies bringing direct impacts on the intensification of houses on stilts in the urban area of Laranjal do Jari. Still the role of municipal and state management is analyzed with regard to public policies aimed at improving the urban structure of the city.

Keywords: Jari. Settlements. Precarious.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma região extremamente complexa, dada a sua biodiversidade, fato este que desperta a cobiça para a exploração dos recursos naturais existentes, como os minérios, que desde a década de 1960 foi ocupada por empresas de capital nacional e internacional, onde o governo civil-militar da época, teve um papel central de fomentar a

¹ Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) / Universidade Federal do Amazonas (UFAM).

implantação daquilo que ficou conhecido como Grandes Projetos na Amazônia. Essa produção espacial mediada a partir de grandes empreendimentos estruturantes, trouxe consigo contradições entre o discurso da modernidade, e a precariedade urbana vista nas cidades amazônicas, essas mudanças, nos padrões de ocupação da Amazônia foram denominadas de rio-várzea-floresta (até 1960) e estrada-terra-firme-subsolo (pós-1960) (PORTO-GONÇALVES, 2001).

A lenda do Eldorado, a cidade do ouro, como ficou conhecida a saga dos colonizadores europeus na América do Sul, no início da expansão marítima e comercial no século XV, contém uma narrativa que existia uma cidade de ouro maciço em alguma parte das Américas, e uma das cogitações era que a cidade de ouro estivesse em algum lugar da Amazônia (LANGER, 1997), a lógica da apropriação da natureza para produção capitalista subsiste no século XXI, não mais pelo mito de Eldorado, mas agora pela apropriação mercantilista da natureza pelo modo de produção capitalista, não mais pelo mito e incerteza da cidade de ouro, mas sim pela chancela que o Estado brasileiro dá para o grande capital na Amazônia, no tocante a exploração de recursos naturais (PORTO-GONÇALVES, 2001).

A Amazônia pode ser compreendida por pelo menos três momentos de políticas de ordenamento territorial: os eixos de desenvolvimento, os polos de crescimento, e os grandes projetos (MACHADO, 1996), essas políticas de ordenamento territorial sob a tutela do Estado, resultou na atual configuração espacial.

MÉTODO

A pesquisa está sustentada nos métodos histórico (GAMBOA, 2007) e dialético (GAMBOA, 2007; GIL, 2008), para compreender o contexto atual de Laranjal do Jari, a pesquisa histórica de sua formação foi de fundamental importância, para tanto, a reflexão crítica e a contradição como propõe o método dialético também foi a centralidade enquanto instrumento investigativo na presente pesquisa.

Soma-se a isto o trabalho de campo em janeiro de 2018, que consistiu em visitas ao Museu do Jari, onde se encontra o acervo completo da historiografia do projeto com fotos antigas da implantação e documentos importantes da empresa Jari Celulose, materiais arqueológicos da ocupação indígena no Jari, para acompanhar de perto os últimos acontecimentos referentes a Jari Celulose e suas empresas terceirizadas e também para avaliar os impactos das demissões em massa ocorrida nessas empresas vinculadas ao projeto.

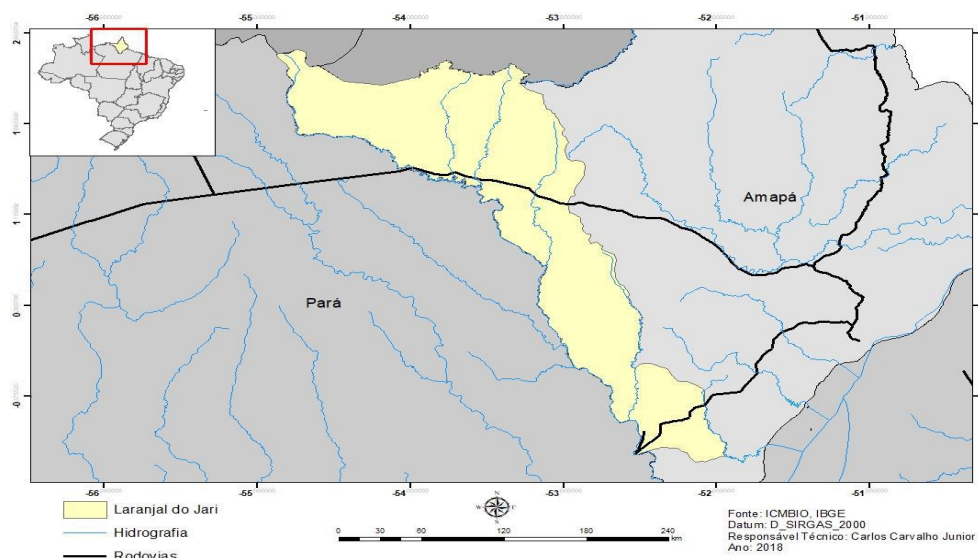
RESULTADOS E DISCUSSÃO

LARANJAL DO JARI: FORMAÇÃO TERRITORIAL.

O município de Laranjal do Jari está localizado na região ocidental do estado do Amapá, antes da municipalização era conhecido como o “Beiradão”, torna-se município legalmente em 1987 deixando de pertencer ao município de Mazagão (PINTO, 1986), com área total de 32.166,29 quilômetros quadrados, com população estimada em 39.942 habitantes. (IBGE, 2010).

O objetivo geral deste trabalho é analisar a formação de assentamentos precários em Laranjal do Jari, tomando como base interpretativa a implantação do Projeto Jari, uma vez que os estudos e trabalhos publicados por autores como Lins (2001), Pinto (1986), entre outros, direcionam para tal interpretação e também analisar o desemprego oriundo dos desligamentos de colaboradores da fábrica Jari Celulose em virtude da crise econômica da região.

Figura 1: Mapa de localização de Laranjal do Jari-AP.



Fonte: CARVALHO, 2018, solicitado pelo autor.

Segundo Paixão (2013, p. 90): “Na década de 1990, o processo de expansão aponta para uma nova organização espacial, com a divisão em bairros e loteamentos, assim, a cidade expandiu para áreas de solo misto (firme e alagado) e de terra firme”

A partir desse período de municipalização é que a cidade passou a ofertar serviços que antes não oferecia na região como educação superior, durante muito tempo a cidade não dispunha de uma universidade pública, fórum de justiça, mercados, e demais setores de

comércio, com a municipalização, Laranjal do Jari se reconfigurou espacialmente, e atualmente é um importante município do estado do Amapá.

A cidade faz limite com o distrito de Monte Dourado –PA, o que faz a divisão territorial é o rio Jari, apesar da cidade apresentar características mais urbanas do que agrárias, o rio tem um papel fundamental nessa região, pois o mesmo serve como meio de deslocamento entre os municípios que compõem o Vale do Jari e outras cidades maiores, como Belém- PA e Santana-AP. Sendo assim, (CLARETO, 2005. p. 3481) descreve:

O rio Jari é de vital importância para Laranjal, pois, além de ser eixo integrador é também, do ponto de vista simbólico, o eixo da vida da população da cidade, conforme argumentarei neste texto. O rio Jari nasce na Serra do Tumucumaque e desemboca no rio Amazonas. Tem seu regime de cheias ditado pelas condições climáticas da região e seu curso é tortuoso. Suas águas escuras banham cerca de 600 quilômetros de terras brasileiras. Ele faz parte da Bacia Amazônica e é o principal acidente geográfico que limita os estados do Pará e do Amapá. Antes um pouco de sua foz, há 80 quilômetros dela, encontram-se às suas margens, Laranjal do Jari, na margem esquerda, e Monte Dourado, na margem direita, justamente num ponto no qual o rio se estreita ao fazer uma curva bem acentuada, ficando com uma largura de aproximadamente 400 metros. É essa a distância que separa as duas concentrações populacionais.

A área já era habitada por comunidades tradicionais que viviam muitos antes da configuração atual, principalmente em vilas como a de Santo Antônio da Cachoeira, essa população inicial era formada basicamente por ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores. Com o projeto de modernização da Amazônia nos anos de 1960, surge o Projeto Jari, que atraiu um fluxo de migrantes muito grande para a região do Vale do Jari em busca de emprego. Alguns conseguiram se inserir no mercado de trabalho, mas a grande maioria que não conseguiu e se deslocou para a beira do rio Jari, incluindo também a população que foi absorvida, mas em função do desemprego provocado pelas inúmeras crises do Projeto Jari, foram impulsionadas a ocupar a área, formando assim uma estrutura flutuante de casas de palafitas, que depois foi denominada popularmente de “Beiradão” (PINTO, 1986)

Laranjal do Jari é um município construído em palafitas, sua ocupação se deu de forma ilegal (a população não tinha a escritura jurídica da terra), essa área foi da União, e depois com a municipalização, grande parte desta área está sob a jurisdição do Governo do Amapá e da própria União, a empresa Jari ainda tentou remanejar os moradores no início da formação das palafitas, mas sem êxito, (LINS, 2001).

Ainda sobre o histórico da ocupação vale ressaltar:

O potencial extrativista da região sul ensejou sua ocupação, que a partir do séc. XVII passou por diferentes episódios históricos, dentre os quais a exploração centrada nas "drogas do sertão" e, posteriormente, na borracha e castanha-do-brasil,

cujo clímax ocorreu já no séc. XX. Na década de 70, a implantação da empresa Jari Celulose, sediada em Monte Dourado, no município de Almeirim-PA, estimulou a emigração, principalmente da região norte e nordeste, propiciando o crescimento populacional da área sul do Estado do Amapá, em concentrações como o da "Vila do Beiradão" (margem esquerda do rio Jari), área fronteira de Monte Dourado. Parte do contingente empregatício direto e indireto da empresa, nas atividades de extração de madeira, silvicultura, canteiro de obras e implantação da indústria propriamente dita, transformou "Beiradão" num centro comercial dinâmico, juntamente a outras características que passaram a requerer do Estado do Amapá maiores atenções nos mais diversos campos de atendimentos sociais. Em dezembro de 1987, através do Decreto N 7.639, foi criado o município de Laranjal do Jari cujas terras, desmembradas do município de Mazagão, abrangem uma área de 31.170,3 km. (IEPA, 2004. p. 7).

Essa área que hoje se compreende Laranjal do Jari, anteriormente foi ocupada por populações tradicionais, com a implantação do Projeto Jari em 1967, e no decorrer dos anos a configuração espacial mudou significativamente, mas já existiam casas de palafitas, onde moravam poucos ribeirinhos extrativistas, após a implantação do empreendimento industrial de celulose, cresceu exponencialmente o número de residências em palafita.

2. REALIDADE E PRECARIEDADE DA CIDADE

Com a formação urbana do município, múltiplos problemas surgiram na cidade e seu entorno, como uma rede de prostituição local, homicídios, moradores em situação de rua e violência nas mais diversas dimensões, incluindo assalto e furto, além de péssimas condições de saneamento básico (CLARETO, 2005), sobre o saneamento básico verifica-se:

Sob as casas e pontes, há um acúmulo muito grande de lixo que fica boiando nas águas, ou apoiado no fundo do rio (a exceção é a vizinhança de Samaúma, onde praticamente não se vê lixo acumulado). Em alguns pontos, não raros, não é possível visualizar as águas: é um rio de lixo. Isso é ainda mais forte nas regiões alagadas, nas quais a água fica praticamente parada. A natureza do lixo é a mais diversa possível: desde carcaça de animais até móveis e colchões, passando por plásticos, vidros e papéis. Nos locais em que a água já "secou", o lixo é mais visível e o mau cheiro exala mais intensamente. Alguns moradores contam que no período da seca, no verão, o odor é ainda maior. Além disso, todo o esgoto doméstico é despejado diretamente nas águas do rio e dos lagos, inclusive o esgoto sanitário. (CLARETO, 2005.p. 3487)

O rio nesse contexto de poluição, se torna perigoso para banho e demais formas de uso, dada a contaminação do corpo hídrico, mesmo com o risco de contaminação do rio Jari, os moradores da cidade utilizam a água para consumo próprio, neste caso a contaminação se dá pelos resíduos sólidos despejados por moradores diretamente no rio.

Figura 2: Imagem panorâmica da cidade de Laranjal do Jari.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Alguns dados da área de estudo são importantes para análise socioeconômica, como o da renda mensal média dos trabalhadores, que é de 2,1 salários mínimos, em relação a escolarização de 6 a 14 anos é de 97,6%; a taxa média de mortalidade é de 23.09 óbitos por mil nascidos vivos. Na área de saneamento, o município apresenta 10.6% com esgoto sanitário e 77,8% de domicílios urbanos em vias públicas com arborização 4.4% de domicílios urbanos em vias públicas com urbanização adequada, isto é, presença de bueiro, calçada, pavimentação e meio-fio (IBGE, 2010).

1496

Pela imagem frontal a seguir, é possível constatar a beira do rio Jari (área portuária) ocupada por palafitas, sendo apenas um recorte de uma extensa faixa territorial ocupada.

Figura 3: entrada por via fluvial de Laranjal do Jari.



Fonte: trabalho de campo, 2018

A imagem mostra nitidamente o sistema construtivo em palafita e ao mesmo tempo revela a precariedade ou ausência de saneamento básico, ainda sobre o saneamento básico:

A estrutura urbana de Laranjal tem suas bases na ocupação espacial sem planejamento. Não há saneamento básico nem coleta de lixo na Beira. Os dejetos sanitários são jogados diretamente no rio (no Seco, o esgoto corre a céu aberto). A questão do lixo é de grande visibilidade: todo o lixo é jogado diretamente no rio, na Beira, ou amontoado por todos os lados, nas outras regiões. A água tratada chega a apenas 40% da população, segundo dados oficiais do governo estadual do Amapá. Na Beira, existem apenas algumas poucas torneiras com água tratada espalhadas ao longo da passarela Principal, de uso coletivo. A maioria delas são clandestinas, e isso pode significar que a água, mesmo sendo tratada, pode sofrer contaminação. Água encanada dentro de casa só é encontrada em algumas áreas do Seco. (CLARETO, 2005. p. 3489).

Quanto a estrutura urbana da cidade, é bastante complexa no que tange a localização das casas, ruas, passarelas, pontes e trapiches, gerando muitas dúvidas até entre os moradores mais antigos. Clareto (2005) descreve:

A estrutura urbana de Laranjal do Jari, como um todo é formada por três regiões distinguíveis: seca, beira e alagado, nas quais se desenvolvem diferentes relações sociais. No seco, as casas são quase sempre de madeira e distribuídas em quadras; na beira e no alagado, a estrutura é totalmente diferente: não existem quadras, quase não existem ruas propriamente. As casas estão dispostas em passarelas ou pontes e becos. A maioria das casas não possui números que as identifiquem e as passarelas, por sua vez, também não recebem uma nomenclatura explicitadas em placas ou qualquer outro tipo de artefato que possa identifica-las. De mais a mais, a mesma passarela é, às vezes, conhecida por diferentes nomes. Em contrapartida, há casos em que uma passarela se bifurca ou dá acesso a outras passarelas e becos e todas recebem o mesmo nome. Os nomes das passarelas quase nunca possuem registro na Prefeitura local. Além disso, as casas são “atrepadas”, ou seja, amontoadas umas muito próximas as outras, sendo que barulhos, sons e falas, assim como olhares e odores, não encontram muitas barreiras. É comum que as janelas e portas tenham suas aberturas voltadas para as passarelas, ou para janelas e portas de outras casas, e ficam sempre abertas, não conferindo qualquer tipo de privacidade para seus moradores. A vida privada é, quase sempre, pública nestas regiões (p. 3458-3486).

A cidade atualmente possui 13 bairros, cinco em área de várzea, cinco em terra firme, e três em solos mistos, Clareto (2005) divide a estrutura urbana em três, seca (parte de terra firme), beira (área portuária) e alagado (área de várzea), no caso em particular as áreas de várzea podem ser tanto a região da beira, bem como e a zona intermediária da cidade, ou seja, são as que estão mais afastadas da zona portuária, mas que são caracterizadas em várzea, a proximidade das casas entre si, também é um problema ambiental no que tange a ventilação e temperatura ambiental das mesmas, ocasionando um desconforto térmico (CLARETO, 2005).

Figura 4: passarela em Laranjal do Jari-AP.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Figura 5 - Croqui básico da planta arquitetônica da beira.

Como se observa tanto na figura acima, a parte frontal, que dá acesso ao que seria a orla da cidade, na posição intermediária localiza-se uma região alagada, mas com alguns pontos de aterro, e a por último a área de terra firme.

Figura 6: passarela formada por casas de palafitas e casas de alvenaria na entrada que dá acesso para a rua principal da cidade.

1498



Fonte: trabalho de campo, 2018.

Na figura acima, um objeto chama a atenção: antenas parabólicas, uma expressão do meio técnico científico informacional (SANTOS, 2001), um contraste entre precariedade e modernidade, em Laranjal do Jari é comum o uso de antenas parabólicas, o único sinal de repetidora de canal televisivo é a afiliada da Globo, para acessar demais canais é necessário TV a cabo ou parabólicas.

Figura 7: parte da beira aterrada, no início da avenida principal.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

A figura mostra um recorte do que Paixão (2013) chama de área de solo misto, o espaço mostrado, localiza-se na avenida principal, afastado cerca de 200 metros da orla, nesse mesmo espaço, verifica-se recortes de várzea e terra firme, por isso a classificação de solo misto.

1499

Na cidade, são poucas as avenidas de terra-firme que são asfaltadas, e as que são, a pavimentação é precária, com buracos nas ruas, e com a precariedade de saneamento básico.

A imagem retrata um típico bairro de solo misto, que se encontra em posição intermediária da cidade, estando entre a beira e área de terra-firme, como o solo é misto, existem residências de madeira e alvenaria, nas casas de madeira, ou seja, palafita, não existe água encanada, só em alguns pontos de terra-firme.

O Poder Público deveria construir um sistema de drenagem nas vias mais eficiente, objetivando o escoamento da água da chuva, diminuindo o risco de enchentes no local.

São constantes as enchentes na zona portuária e região de solo misto, em que se concentra a maior parte da população da cidade, no primeiro semestre de 2018 a cidade teve outra enchente, onde os moradores foram remanejados provisoriamente para igrejas, ginásios, escolas, entre outros abrigos, os impactos das enchentes não são apenas na questão espacial e de alterações na estrutura urbano-fluvial, mas também financeiramente, designando recursos financeiros para o Estado com as intervenções na cidade após uma

enchente, analisando uma das maiores enchentes na cidade o quadro a seguir mostra os impactos de uma das principais enchentes que a cidade teve em 2000 (PAIXÃO, 213).

Figura 8: região da beira, partes aterradas pelo Governo Municipal e Estadual.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

A Prefeitura de Laranjal do Jari aterrou parte da área conhecida como beira (zona portuária), no entanto não conseguiu aterrar toda área da beira, onde moram boa parte dos moradores.

1500

Laranjal do Jari tem uma ligação intensa com Monte Dourado-PA, distrito e sede do Projeto Jari. Todos os dias centenas de pessoas se deslocam entre as duas cidades, pessoas que trabalham e estudam em Laranjal e saem de Monte Dourado e vice-versa, basta atravessar o rio e já se chega ao distrito e sede do Projeto Jari. Todos os dias centenas de pessoas se deslocam entre as duas cidades, e com as crises nos serviços em Monte Dourado, as pessoas cada vez mais se deslocam até o município amapaense para resolver seus problemas cotidianos, como serviços hospitalares, bancários, comerciais e educacionais (CRUZ, 2018).

Como existe uma relação comercial, econômica, social e educacional, entre Laranjal e Monte Dourado, seria fundamental a agilidade entre o deslocamento dos moradores da cidade e do distrito, por meio da construção de uma ponte, isso quase aconteceu em 2002.

Segundo o jornal G1 Notícias, já foram consumidos mais de R\$ 21 milhões para a construção da ponte do rio Jari, obra que foi iniciada em 2002. A ponte tem 406 metros de extensão, o transporte entre as duas cidades é feito por balsas (transportando carros e cargas maiores), e por “catraias”, pequenas embarcações que transportam somente passageiros e

cargas menores (G1, 2017). Ainda segundo o jornal, a Justiça determinou a retomada das obras em fevereiro de 2018, mas até o momento a ação civil pública movida pelos moradores do município amapaense não foi cumprida pelo Governo do Estado do Amapá. (G1, 2018).

A ponte do rio Jari está com sua estrutura erguida no rio, mas as pilastras de sustentação estão em processo de oxidação (ferrugem). Isso preocupa as autoridades judiciais como o Ministério Público, este impasse, já dura mais de 15 anos, e o transporte de cargas maiores entre as duas cidades é realizado por balsas que diariamente transportam cargas e passageiros, geralmente são carros, mercadorias, maquinários, entre outros.

Uma das preocupações dos moradores atuais é se mesmo com a atuação de cobrança do Ministério Público Estadual a gestão municipal, irá dar continuidade a obra, pois além de desperdício do dinheiro público, uma grande parcela de moradores que moravam próximos do local onde a mesma foi construída foram remanejados para outras áreas alagadas, reproduzindo assim a desigualdade socioespacial em outros bairros da cidade, onde também não tem um mínimo de infraestrutura urbana, em grande medida, os bairros são na região da beira, área historicamente problemática do ponto de vista urbanístico, e os moradores que foram morar em área de terra-firme, tiveram dificuldades de adaptação (CLARETO, 2005)

Mesmo com iniciativas da Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e do Governo do Estado do Amapá no sentido de remanejamento de moradores na região da beira, ainda é muito grande o número de pessoas que residem nessa região (PAIXÃO, 2013).

1501

Figura 9: estrutura da ponte inacabada do rio Jari.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

A ponte do rio Jari é uma obra de vital importância para o escoamento da produção agrícola de Monte Dourado, a mesma daria mais dinamismo nas relações comerciais entre Laranjal do Jari e Monte Dourado, dessa forma integrando cada vez mais os Estados do Amapá e Pará.

O bairro do Agreste é a área onde a maioria dos moradores que foram remanejados da região da beira vivem, é considerado a zona de crescimento e expansão urbana da cidade, esse bairro é todo em terra-firme.

Sobre o bairro do Agreste (PAIXÃO, 2013, p. 52) afirma:

O Agreste é um bairro que também foi criado na década de 1990, quando houve um incêndio de grandes proporções em áreas com palafitas, o qual dizimou casas, comércios e até a Prefeitura da cidade que funcionava nessa área. Situa-se no início da parte alta da cidade, culminando na primeira expansão do espaço urbano.

Segundo a autora, o fato de bairro ser a sede das principais empresas privadas e órgãos públicos não o isentou de sofrer problemas estruturais em seu espaço urbano, precariedade no saneamento básico, mesmo após anos de municipalização de Laranjal do Jari, esse problema persiste.

Figura 10: início do bairro do Agreste.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

A partir dessa imagem já é possível visualizar o aterramento e também maior saneamento básico na cidade, neste bairro se concentram os principais serviços como: escolas, hospitais, igrejas, supermercados, lojas, posto de gasolina, boates, bancos, restaurantes, campus da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Instituto Federal do Amapá (IFAP), praças, batalhão da Polícia Militar, e órgão estatais.

O Agreste serve de abrigo para os bairros que alagam no período chuvoso na Amazônia, que vai de dezembro a março, mesmo o bairro sendo o mais estruturado na questão do saneamento básico, (PAIXÃO, 2013, p. 124) ressalta:

No caso da cidade de Laranjal do Jari, e que se assemelha a outras cidades, ao que parece a morfologia urbana é produzida para não funcionar com padrões qualitativos de salubridade e moradia, como também para convencer de que esse é um processo natural, e que as pessoas, tem que se adequar, por não haver alternativas factíveis.

Na afirmativa da autora nos sugere pensar que Laranjal do Jari, além de não ser planejada em sua concepção, ainda padece de males na sua estrutura urbana na atualidade, e não há vontade política para minimizar os impactos na sua estrutura urbana, e não há previsão de melhoras, por conseguinte, a única atitude que resta para os moradores é se conformar com os problemas e se adaptar a eles.

Figura II: área central do bairro do Agreste



Fonte: trabalho de campo, 2018.

O bairro do Agreste também é importante por ligar a (BR-156) estrada que de acesso a capital do Estado do Amapá, essa estrada não é asfaltada desde o início de Laranjal até a

capital amapaense, o que faz com que a viagem dure muito mais tempo, se fosse asfaltada, soma-se a isto inúmeros acidentes com veículos registrados nessa estrada.

Embora o bairro do Agreste seja uma área central da cidade, a figura revela precariedades na malha viária e onde se vê muitas ruas sem asfalto

Figura 12: uma das principais ruas do bairro do Agreste.



Fonte: trabalho de campo, 2018.

3. INDICADORES SOCIAIS

Outro parâmetro importante na avaliação da qualidade de vida dos municípios é o Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal (IFDM), que trabalha nas áreas de educação, saúde, renda e emprego, esse índice avalia anualmente o desenvolvimento e a qualidade de vida dos mais de 5.000 municípios brasileiros e estabelece valores de referência que facilitem a análise: municípios com IFDM entre 0,0 e 0,4 corresponde a baixo estágio de desenvolvimento, a cor representada nos gráficos é a vermelha, entre 0,4 e 0,6 desenvolvimento regular, a cor é a amarela, entre 0,6 e 0,8 desenvolvimento moderado, entre 0,8 e 1,0 é considerado alto estágio de desenvolvimento (FIRJAM, 2018).

No ranking educação, mesmo o município sendo o terceiro maior em termos populacionais, seu índice é baixo em comparação aos outros municípios amapaenses, ficando em 11º posição, no ranking emprego e renda a nível nacional, a cidade fica muito distante, em 5461, praticamente nas últimas posições, e não há expectativa de melhoria a curto prazo, uma vez que as metas da administração geralmente são a longo prazo.

Quadro 1: Desempenho FIRJAM no município na modalidade: trabalho e renda.

Nacional	Estadual	Emprego & Renda	UF	Município
4750°	7°	0.3327	AP	Oiapoque
4794°	8°	0.3280	AP	Tartarugalzinho
4829°	9°	0.3245	AP	Cutias
4874°	10°	0.3209	AP	Santana
4966°	11°	0.3132	AP	Amapá
5019°	12°	0.3075	AP	Mazagão
5246°	13°	0.2721	AP	Serra do Navio
5325°	14°	0.2563	AP	Ferreira Gomes
5418°	15°	0.2310	AP	Pracuúba
5461°	16°	0.2008	AP	Laranjal do Jari

Fonte: FIRJAM, 2018.

Houve uma melhoria na questão do saneamento básico com o remanejamento de parte da população da beira, para o Agreste, no entanto, ainda há muito o que avançar do ponto de vista da urbanização no bairro que foi aterrado, é importante frisar, que o bairro já existia antes mesmo da remoção populacional da beira, um dos fatores de remoção foram os sinistros ocorridos em incêndios em 1996 e 2006, e as enchentes em 2000 e 2006 (PAIXÃO, 2013)

1505

Então, em síntese temos: a parte da beira (também conhecida como parte baixa) com um número alto de casas em palafita e partes da mesma aterrada, e todo a área do bairro do Agreste aterrado e com condições de estrutura urbana melhor aparelhada do que algumas áreas da própria beira que foi aterrada. No entanto, ainda existe a região alagada, caracterizada pelo alagamento constante, mas que não está localizada nem na beira do rio Jari, e nem na porção aterrada, mas sim na zona intermediária do sítio urbano (PAIXÃO, 2013).

O Plano Diretor Municipal é um importante instrumento normativo de planejamento urbano, que está em consonância com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001), onde o mesmo é instituído pelas duas legislações, o PDM é obrigatório para cidades com mais de 20.000 habitantes, cabe a gestão municipal por meio da participação democrática da sociedade civil organizada elaborar e gerenciar o PDM visando a qualidade de vida urbana (VILLAÇA, 1999). Para o Estatuto das Cidades o PDM é: “O Plano Diretor pode ser definido como um conjunto de princípios e regras orientadoras da ação dos agentes que constroem e utilizam o espaço urbano” (BRASIL, 2002, p. 40), a

gestão municipal é um agente fundamental na elaboração do PDM, e a comunidade local tem o papel de fiscalizar as ações da gestão municipal, (VILLAÇA, 1999, p.238).

Villaça expõem de forma mais detalhada as múltiplas dimensões que o Plano Diretor abarca desde a sua concepção, para tanto, expõem que a análise preliminar da elaboração deve ser o diagnóstico científico da realidade, seria a junção de teoria e prática na busca de encontrar metodologias para tal finalidade.

Em 2007 a Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari, aprova a Lei nº 302, onde institui o Plano Diretor do Município de Laranjal do Jari-AP, que contou com a participação da comunidade local na elaboração deste documento, seguindo uma tendência nacional das prefeituras no Brasil de elaboração do chamado Plano Diretor Participativo (PDP), (TOSTES, 2009).

O PDP foi um marco na política de gestão urbana no município, embora não fosse o ideal, mas seria o mais viável naquela conjuntura política, para se entender a estrutura urbana de Laranjal do Jari, é necessário compreender a historicidade da mesma, o crescimento populacional foi impulsionado pelo Complexo Industrial de Celulose, que atraiu mão-de-obra de todo o Brasil, principalmente do estado do Maranhão, Laranjal cresceu sem planejamento urbano e ordenamento territorial (TOSTES, 2009).

1506

O grande desafio da gestão municipal é tentar aplicar na prática o que PDP dispõem na teoria, e uma das prioridades seria estabelecer estratégias para urbanização, em especial um planejamento para as políticas habitacionais, uma vez que um dos principais problemas da cidade é a grande quantidade de assentamentos precários na modalidade de palafita no município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo objetivou mostrar os impactos socioespaciais oriundos da implantação do Projeto Jari, focalizando nos assentamentos precários em Laranjal do Jari-AP, questionando os discursos e utopias dos empreendimentos capitalistas de exploração floresta e mineral, que são atualmente os dois principais empreendimentos na região do vale do Jari, os resultados demonstraram que a ideologia da “modernidade”, compreende-se a palavra como sinônimo de desenvolvimento, não se converte em dividendos socioeconômicos para a comunidade local, e agora com a crise do Projeto percebe-se a dicotomia do discurso do grande capital na região, de um lado temos Monte Dourado-PA, distrito de Almeirim que

recebe os tributos da atividade florestal e mineral, mesmo o distrito que no passado se beneficiou da infraestrutura e de investimentos em diversos setores, como saúde, educação, habitação e segurança pública, no atual contexto, apresenta grandes dificuldades em gerar emprego e renda, uma vez que o ordenamento territorial se deu a partir de um apêndice estruturante no meio da floresta amazônica, neste caso em particular, é a fábrica de celulose e de caulim (CRUZ, 2018)

Mediante ao exposto, os municípios que compõem o Projeto Jari, em particular Laranjal do Jari, apresentam muitos desafios para os próximos anos, no tocante a diminuir as desigualdades socioespaciais, para tanto, o papel da gestão municipal e estadual é de fundamental importância na busca por um reordenamento territorial no município, haja vista, que o município desde a sua fundação apresenta sérios problemas estruturantes, antes do Projeto Jari, a cidade era uma pequena vila de extrativistas que tinham sua relação harmoniosa com a natureza, e com a chegada do Projeto em 1967, a cidade se tornou esse complexo sistema de casas em palafitas e que residem pessoas de extrema pobreza, e com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) (CRUZ, 2018).

A desigualdade socioespacial é uma constante nas cidades da América Latina, fruto do modo de produção capitalista. Rodrigues afirma que a “(...) desigualdade socioespacial é expressão do processo de urbanização capitalista, um produto da reprodução ampliada do capital que se perpetua como condição de permanência da desigualdade social, a luta pelo direito a cidade mostra as agruras e dificuldades da maioria” (RODRIGUES, 2007.p. 74).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CLARETO, S. M. Espaço Urbano e Ocupação Espacial na Amazônia Brasileira. In: Um Estudo de Espacialidades em Laranjal do Jari. **ANAIS DO XX ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA**. São Paulo, 2005.

CRUZ, C. A.M. **O Projeto Jari, Entre Utopias e Realidades: Assentamentos Precários em Laranjal do Jari-AP**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em Geografia) - Universidade do Estado do Pará (UEPA), Belém, 2018.

GAMBOA, S.S. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2007.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6ª Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, C. W. P. **Amazônia, Amazônias**. São Paulo: Contexto, 2001.

FIRJAM. Índice Firjam. Disponível em: < <http://www.firjan.com.br/ifdm/>>. Acesso em 03 de novembro de 2018.

IBGE. **As favelas do Distrito federal e o Censo demográfico de 1950**. Documentos censitários, Série C, n. 9. Rio de Janeiro, IBGE, 1953.

_____. Censo Demográfico 1980. Rio de Janeiro, IBGE, 1980.

_____. Censo Demográfico 1991. Rio de Janeiro, IBGE, 1991.

_____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico 2000. Rio de Janeiro, IBGE, 2000.

_____. Censo Demográfico 2010. Aglomerados Subnormais. Primeiros Resultados. Rio de Janeiro, IBGE, 2011.

IEPA. Laranjal do Jari: realidades que devem ser conhecidas. Macapá. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/biblioteca/publicacoes/laranjal-do-jari-web.pdf>. Acesso em: 22 de set de 2022.

JARI, Celulose Atribuí a terceirizada a responsabilidade por 500 demissões no Sul do Amapá. **GI Notícias**. Macapá, 20 de junh de 2017. Disponível em <https://gi.globo.com/ap/amapa/>. Acesso em 10 de janeiro de 2023.

LANGER, J. O mito de Eldorado: origem e significado no imaginário sul-americano (século XVI) In: **Revista de História** 136. USP. São Paulo. 1997.

LINS, C. **A Jari e a Amazônia**. Monte Dourado: Dataforma/Prefeitura Municipal de Almerim, 1997.

1508

_____. **Jari 70 anos de história**. 3. ed. Monte Dourado: Dataforma, 2001.

MACHADO, L. O. Sistemas “longe do equilíbrio” e reestruturação espacial na Amazônia. In: MAGALHÃES, S. B. et al (Orgs.). **Energia na Amazônia**. Belém: MPEG, 1996. p. 835-59.

PAIXÃO, E.S.B. **A Realidade Socioambiental de Laranjal do Jari/AP: Soluções Apontadas por Moradores na Educação Popular**. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Uberlândia, Curso de Pós-Graduação em Educação, Uberlândia, 2013.

PINTO, Lúcio Flávio. **Amazônia: no rastro do saque**. São Paulo: Hucitec, 1980

_____. **Amazônia: o anteato da destruição**. Belém: Grafisa, 1977

_____. **A Jari é pirata?** Disponível em: <<http://lucioflaviopinto.wordpress.com/2015/42/12/a-jari-e-pirata/>>. Acesso em 25 de janeiro de 2023

_____. **Jari: toda a verdade sobre o projeto de Ludwig**. São Paulo: Marco Zero, 1986.

RODRIGUES, M. A. Desigualdades socioespaciais, a luta pelo o direito a cidade. **Cidades**, Presidente Prudente, SP, v.4. n^o 6. p. 73-88, 2007.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

TOSTES, José Alberto. **Planos Diretores no estado do Amapá: A experiência do município de Laranjal do Jari**, uma contribuição para o desenvolvimento regional. Macapá: UNIFAP, 2009.

_____. **Planos Diretores na Faixa de Fronteira Setentrional: O Caso de Laranjal do Jari.** Revista de Administração Municipal, v.II, p.170-178, 2005.

TRINDADE JR, S. C. da; ROCHA, G. de M. (Org.). **Cidade e empresa na Amazônia: gestão do território e desenvolvimento local.** Belém: Ed.Paka-Tatu, 2002.

VILLAÇA, F. Efeitos do Espaço Sobre o Social na Metrópole Brasileira. **VII Encontro Nacional da ANPUR (1997).** In: <www.flaviovillaca.arq.br>. Acesso em: 31 10. 2018.

_____. **A Segregação e a Estruturação do Espaço Intra-Urbano: o caso do Recife.** 2001. Disponível em: <www.flaviovillaca.arq.br>. Acesso em: 31 de outubro de 2018

_____. **O Espaço Intra-Urbano no Brasil.** 2. ed. São Paulo: Studio Nobel/FAPESP, 2001

_____. Dilemas do Plano Diretor. In: CEPAM. **O município no século XXI: cenários e perspectivas.** São Paulo: Fundação Prefeito Faria Lima-Cepam, 1999. p. 237-247.